



2019.03.07

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL****ATA NÚMERO 39/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 7 DE MARÇO DE 2019**

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Técnica Superior, Ana Maria Guerra Borges, em substituição de Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, ausente por motivo de férias, e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a trigésima nona reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número trinta e oito da reunião desta Câmara Municipal de vinte e um de fevereiro corrente, a qual foi aprovada por unanimidade sem alterações.

Não estando público presente, passou-se de imediato ao

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra referiu que o seu pedido de iluminárias para o lugar dos Esporões ainda não foi resolvido.

Perguntou o que foi feito para resolver o problema do lixo no miradouro da Padiola.

Solicitou que sejam tomadas medidas no sentido de resolver o problema dos dejetos de cães no passeio que segue para o lugar de Esporões.

O **Senhor Presidente da Câmara** em resposta disse que as lâmpadas em breve serão colocadas.

Quanto ao miradouro da Padiola, disse que se deslocou lá com o Senhor Vice-Presidente tendo verificado que o local estava limpo, de qualquer forma estarão atentos.

Em relação aos dejetos de animais disse que irá tomar medidas. Pede de seguida ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo para dar uma explicação sobre queimas e queimadas.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** explicou que foi publicado o Decreto-Lei número catorze/dois mil e dezanove, de vinte e um de janeiro, que obriga a que os Municípios comuniquem previamente ao Município a queima de matos cortados e amontoados e sobrantes de exploração, fora do período crítico. A infração a esta regra constitui contraordenação, sendo a coima mínima de duzentos e oitenta euros.

Referiu que têm tido alguns problemas com o cumprimento desta legislação, porque há idosos que têm feito queimas sem comunicar, e têm sido autuados pela GNR.

Disse ainda que, no caso de as queimas correrem mal, mesmo que tenha havido comunicação prévia, as pessoas podem enfrentar um processo crime.

Prosseguiu explicando que a queimada acontece quando se origina a combustão de um pedaço de terreno em contínuo e depende de autorização do Município, e que tem de ser sempre acompanhada por técnico credenciado em fogo controlado ou operacional de queima, ou, na sua ausência, por equipa de bombeiros ou de sapadores florestais.

Informou ainda que aquele diploma obriga à emissão de um parecer vinculativo das comissões de defesa da floresta (CMDF), nos processos de construção de obras fora da zona urbana, substituindo em alguns casos o parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Concluiu explicando que está a ser preparada uma candidatura para a realização de queimadas, que prevê que se realizem queimadas duas ou três vezes por semana, acompanhadas por bombeiros.

Foi tomado conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara perguntou aos Senhores Vereadores se receberam o convite para a inauguração do Parque de Alcáçima no próximo dia dez de março.

Os Senhores Vereadores informaram que sim.

Não havendo outras intervenções, passou-se de imediato à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Serviços de Abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos - tarifário para 2019 - proposta

PONTO 2 - Contrato promessa de doação de imóvel sito na Rua das Adegas, em Tarouca - ratificação

PONTO 3 - Proposta de abate de bens móveis por incapacidade do bem - informação

PONTO 4 - Proposta de abate (alienação a título oneroso - sucata) de bem móvel por incapacidade do bem - informação

PONTO 5 - Proposta de abate (alienação a título oneroso - sucata) de bem móvel por incapacidade do bem - informação

PONTO 6 - Isenção do pagamento da licença para a realização de outras atividades que podem afetar o trânsito normal em nome de Associação de Moradores de Arguedeira

PONTO 7 - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 8 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 9 - Resumo diário da tesouraria

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.03.07

CÂMARA MUNICIPAL

PONTO 10 - Anexo em loteamento - Legalização - Local: Rua da Costa - Dálvares - Titular: Maria Aparecida Costa Cardoso Moreira - despacho/proposta

PONTO 11 - Parecer prévio do DL 124/2006 - Local: Arguedeira Titular: Maria João Guedes Vitorino- despacho/proposta

PONTO 12 - Processo n° 204/17 - Pedido de alteração da operação de loteamento, sita no lugar de Souto do Mercado, Tarouca

Requerente: Eduardo da Conceição Pereira da Silva - Proposta de decisão sobre a alteração do uso dos lotes 5 e 6

PONTO 13 - Processo n° 125/17 - Lugar : Bertelheiras - Outeiro da Forca - Tarouca - Requerente: Carlos Alberto Badajós Carvalho - pedido de alterações

PONTO 14 - Processo 4/13 - Lugar do Pico - Tarouca - Requerente: Manuel Barroso de Veras - pedido de alterações

PONTO 15 - Processo 13/19 - Requerente: Manuel Lino - Instalação de uma estufa

PONTO 16 - Processo relativo ao Registo de Alojamento Local - Vistoria, na Rua do Valbom, Gouveias - Requerente: Elvira Maria Pereira Santos

PONTO 1 - SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS - TARIFÁRIO PARA 2019 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS
TARIFÁRIO PARA 2019**

PROPOSTA

O Município de Tarouca enquanto entidade gestora das atividades de exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos fixa e cobra os preços devidos pela prestação destes serviços (alínea d) do artigo 14° e artigo 21° da Lei n° 73/2013, de 03.09.)

Os preços a fixar não devem ser inferiores aos custos, direta e indiretamente, suportados e devem respeitar o regulamento tarifário em vigor e o parecer da entidade reguladora (n°s 1,2 e 7 do citado artigo 21°).

Assim, considerando:

- a) o apuramento dos custos e proveitos destes serviços, previsionais para 2019, comunicado à ERSAR e que se anexa;
- b) a taxa de inflação prevista para 2019 (1,5%), de acordo com as projeções do Banco de Portugal;
- c) os regulamentos municipais em vigor;
- d) o teor do parecer emitido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), nos termos do n°7 do artigo 21° da Lei n° 73/2013, de 03.09, sobre a proposta de tarifário para 2019;

e) que o valor dos custos das atividades é ainda inferior aos proveitos, sendo que as referidas normas legais e regulamentares impõem a recuperação tendencial dos custos decorrentes da provisão dos respetivos serviços prestados;

f) que, operando num cenário de eficiência e tendo em atenção a necessidade de salvaguardar a acessibilidade económica aos serviços por parte da população, foi elaborada uma proposta de atualização das tarifas com base na taxa de inflação prevista,

PROPONHO a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência que lhe confere a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, **aprovar o seguinte tarifário dos serviços públicos municipais de abastecimento de água para consumo humano, saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, para vigorar em 2019, a partir de 01.05.2019:**

1.SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

1.1. TARIFA FIXA

Tarifa Fixa⁽¹⁾	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Contador com calibre igual ou inferior a 25 mm	2,3670 €	6%	2,4025 €	6%
Contador com calibre superior a 25 mm ⁽²⁾	3,5557 €	6%	3,6090 €	6%
Utilizadores Não-Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1ºNível: contador com calibre até 20 mm	2,8930 €	6%	2,9364 €	6%
2ºNível: contador com calibre superior a 20 e até 30 mm	3,5557 €	6%	3,6090 €	6%
3ºNível: contador com calibre superior a 30 e até 50 mm	4,7340 €	6%	4,8050 €	6%
4ºNível: contador com calibre superior a 50 e até 100 mm	5,9121 €	6%	6,0008€	6%
5ºNível: contador com calibre superior a 100 e até 300 mm	7,1009€	6%	7,2074 €	6%

1.2. TARIFA VARIÁVEL

Tarifa Variável⁽³⁾	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1ºEscalaço: até 5 m ³	0,4523 €	6%	0,4591 €	6%
2ºEscalaço: superior a 5 e até 15 m ³	0,6522 €	6%	0,6620 €	6%



Fl. 183
[Signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

2019.03.07

CÂMARA MUNICIPAL

3º Escalão: superior a 15 e até 25 m³	0,7200 €	6%	0,7687 €	6%
4º Escalão: superior a 25 m³	2,1039 €	6%	2,1355 €	6%
Utilizadores Não-Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única ⁽⁴⁾	0,7200 €	6%	0,7687€	6%

1.3. TARIFÁRIO ESPECIAL

1.3.1. TARIFÁRIO SOCIAL

Tarifa Fixa	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Contadores com qualquer calibre	ISENTO		ISENTO	
Utilizadores Não-Domésticos⁽⁶⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1º Nível: até 20 mm	2,0252€	6%	2,0556 €	6%
2º Nível: superior a 20 mm e até 30 mm	2,4890 €	6%	2,5263 €	6%
3º Nível: superior a 30 mm e até 50 mm	3,3138€	6%	3,3635 €	6%
4º Nível: superior a 50 e até 100 mm	4,1385 €	6%	4,2006 €	6%
5º Nível: superior a 100 e até 300 mm	4,9706 €	6%	5,0452 €	6%
Tarifa Variável	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos⁽⁵⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1º Escalão: até 15 m³	0,4523 €	6%	0,4591 €	6%
2º Escalão: superior a 15 e até 25 m³	0,6838 €	6%	0,6941 €	6%
3º Escalão: superior a 25 m³	2,1039 €	6%	2,1355 €	6%
Utilizadores Não-Domésticos⁽⁶⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa única	0,6838€	6%	0,6941 €	6%

1.3.2. TARIFÁRIO FAMILIAR

Utilizadores Domésticos	Atual		Proposta	
Tarifa Fixa	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA

Contador com calibre igual ou inferior a 25 mm	2,3670 €	6%	2,4025 €	6%
Contador com calibre superior a 25 mm	3,5557 €	6%	3,6090 €	6%
Tarifa Variável⁽⁷⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1º Escalão: até 15 m³	0,4523€	6%	0,4591 €	6%
2º Escalão: superior a 15 e até 30 m³	0,6522 €	6%	0,6620 €	6%
3º Escalão: superior a 30 e até 45 m³	0,6838 €	6%	0,6941 €	6%
4º Escalão: superior a 45 m³	2,1039 €	6%	2,1355 €	6%

1.4. SERVIÇOS AUXILIARES

Serviços auxiliares	Tarifa atual	IVA	Tarifa proposta	IVA
Análise de projetos de instalações prediais e domiciliárias de abastecimento	20,00 €	23%	20,00€	23%
Execução de ramais de ligação nas situações previstas no artigo 97º do Regulamento, com extensão superior a 20 m; Execução de ramais de ligação fora da responsabilidade da entidade gestora	Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%	Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%
Realização de vistorias aos sistemas prediais a pedido dos utilizadores	40,00 €	Não sujeito	40,00 €	Não sujeito
Suspensão e reinício da ligação do serviço por incumprimento do utilizador	20,325 €	23%	20,325€	23%
Suspensão e reinício da ligação do serviço a pedido do utilizador	9,00 €	23%	9,00 €	23%
	9,00 €		9,00 €	23%
Leitura extraordinária de consumos de água, decorrentes de solicitação do utilizador	10,00 €	23%	10,00 €	23%
Verificação extraordinária de contador a pedido do utilizador, salvo quando se comprove a respetiva avaria	10,00 €	23%	10,00€	23%



Fl. 189
[Signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

2019.03.07

CÂMARA MUNICIPAL

Serviços auxiliares		Tarifa atual	IVA	Tarifa proposta	IVA
por motivo não imputável ao utilizador					
Ligação temporária ao sistema público, designadamente para abastecimento a estaleiros e obras e zonas de concentração populacional temporária		75,00 €	23%	75,00 €	23%
Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização		5,00 €	23%	5,00€	23%
Fornecimento de água em autotanques, salvo quando justificado por interrupções de fornecimento, designadamente em situações em que esteja em risco a saúde pública		1,00€/m ³	23%	1,00€/m ³	23%
Outros serviços a pedido do utilizador, nomeadamente, reparações no sistema predial ou domiciliário de abastecimento.		Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%	Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%
Execução da caixa do contador		Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%	Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%
Valor hora mão-de-obra		7,00 €	23%	7,00 €	23%
Valor hora máquina :	Retroescavadora	25,00 €	23%	25,00 €	23%
	Mini-retroescavadora	15,00 €		15,00 €	
	Compressor	10,00 €		10,00 €	

2. SERVIÇO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

2.1. TARIFA FIXA

Tarifa Fixa ⁽⁹⁾	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	2,4722€	não sujeito	2,5093 €	não sujeito

Utilizadores Não-Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	2,4722 €	não sujeito	2,5093 €	não sujeito

2.2. TARIFA VARIÁVEL

Tarifa Variável⁽¹⁰⁾	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1º Escalão: até 5 m³	0,4840 €	não sujeito	0,4913 €	não sujeito
2º Escalão: superior a 5 e até 15 m³	0,5891 €	não sujeito	0,5979 €	não sujeito
3º Escalão: superior a 15 e até 25 m³	0,6417 €	não sujeito	0,6513 €	não sujeito
4º Escalão: superior a 25 m³	2,1039 €	não sujeito	2,1355 €	não sujeito
Utilizadores Não-Domésticos⁽⁴⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	0,6417 €	não sujeito	0,6513 €	não sujeito

2.3. TARIFÁRIO ESPECIAL

2.3.1. TARIFÁRIO SOCIAL

Tarifa Fixa	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
	ISENTO		ISENTO	
Utilizadores Não-Domésticos⁽⁶⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	1,7306 €	não sujeito	1,7566€	não sujeito

Tarifa Variável	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos⁽⁵⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1º Escalão: até 15 m³	0,4840 €	não sujeito	0,4913 €	não sujeito
2º Escalão: superior a 15 e até 25 m³	0,6417€	não sujeito	0,6513 €	não sujeito
3º Escalão: superior a 25 m³	2,1039 €	não sujeito	2,1355 €	não sujeito
Utilizadores Não-Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	0,4523 €	não sujeito	0,4591€	não sujeito



Fl. 100
[Signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2019.03.07

2.3.2. TARIFÁRIO FAMILIAR

Utilizadores Domésticos	Atual		Proposta	
Tarifa Fixa	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	2,4722 €	não sujeito	2,5093 €	não sujeito
Tarifa Variável ⁽⁷⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1º Escalão: até 15 m³	0,4840 €	não sujeito	0,4913 €	não sujeito
2º Escalão: superior a 15 e até 30 m³	0,5891 €	não sujeito	0,5979 €	não sujeito
3º Escalão: superior a 30 e até 45 m³	0,6417 €	não sujeito	0,6513 €	não sujeito
4º Escalão: superior a 45 m³	2,1039 €	não sujeito	2,1355 €	não sujeito

2.4. SERVIÇOS AUXILIARES

Serviços Auxiliares	Tarifa atual	IVA	Tarifa proposta	IVA
Análise de projetos de sistemas prediais e domiciliários de saneamento	20,00 €	23%	20,00 €	23%
Execução de ramais de ligação superiores a 20 metros, nas situações previstas no artigo 103º do Regulamento	Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%	Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%
Realização de vistorias ou ensaios de sistemas prediais e domiciliários de saneamento a pedido dos utilizadores	40,00 €	Não sujeito	40,00 €	Não sujeito
Suspensão e reinício da ligação por incumprimento do utilizador, quando não seja possível a interrupção do serviço de abastecimento de água	Suspensão por incumprimento do Utilizador 20,00 €	23%	20,325 €	23%
	Reinício por incumprimento do Utilizador 20,00 €			

Serviços Auxiliares		Tarifa atual	IVA	Tarifa proposta	IVA
Desobstrução de sistemas prediais e domiciliários de saneamento		60 €/hora	23%	60 €	23%
Verificação extraordinária de medidor de caudal a pedido do utilizador, salvo quando se comprove a respetiva avaria por motivo não imputável ao utilizador		18,00€	23%	18,00€	23%
Informação sobre o sistema público de saneamento em plantas de localização		5,00 €	23%	5,00€	23%
Outros serviços a pedido do utilizador, nomeadamente reparações no sistema predial ou domiciliário de saneamento		Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%	Orçamento prévio + 10%⁽⁸⁾	
Valor hora mão-de-obra		7,00 €	23%	7,00 €	23%
Valor hora máquina	Retroescavadora	35,00 €	23%	25,00 €	23%
	Mini-retroescavadora	25,00 €		15,00 €	
	Compressor	15,00 €		10,00 €	

Recolha, transporte e destino final de lamas provenientes de fossas sépticas, recolhidas através de meios móveis		Atual		Proposta	
Tarifa Fixa		Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
		80,00€	23%	80,00€	23%
Tarifa Variável		Tarifa	IVA	Tarifa ⁽¹¹⁾	IVA
		2,2254 €	23%	2,2254 €	23%

3. SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS

3.1. TARIFA FIXA

Tarifa Fixa ⁽¹⁾	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA



Fl. 191
[Signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

2019.03.07

Tarifa Única	2,6299€	não sujeito	2,6693 €	não sujeito
Utilizadores Não-Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	5,9963€	não sujeito	6,0862 €	não sujeito

**3.2. TARIFA
VARIÁVEL**

Tarifa Variável⁽¹²⁾	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1º Escalão: até 5 m³	0,5261 €	não sujeito	0,5340 €	não sujeito
2º Escalão: superior a 5 e até 15 m³	1,0519 €	não sujeito	1,0677 €	não sujeito
3º Escalão: superior a 15 e até 25 m³	1,5780 €	não sujeito	1,6017 €	não sujeito
3º Escalão: superior a 25 m³	2,1039 €	não sujeito	2,1355 €	não sujeito
Utilizadores Não-Domésticos⁽⁴⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	1,5780 €	não sujeito	1,6017 €	não sujeito

3.3. TARIFÁRIO ESPECIAL

3.3.1. TARIFÁRIO SOCIAL

Tarifa Fixa	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
	ISENTO		ISENTO	

2º que, em cumprimento do disposto no nº2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 97/2008, de 11.06 e nº4 do artigo 58º do Decreto-Lei nº 178/2006, de 05.09, respetivamente, sejam cobradas ao utilizador final, a Taxa de Recursos Hídricos (Abastecimento de Água e Águas Residuais) e a Taxa de Gestão de Resíduos, a entregar à entidade competente, cujos valores se indicam, também para vigorar a partir de **01.05.2019**:

TAXAS

4.1.TGR - TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS⁽¹³⁾

Utilizadores Domésticos	Taxa atual	IVA	Taxa proposta	IVA
1º Escalão: até 5 m³	0,1625€	6%	0,1641 €	6%
2º Escalão: superior a 5 e até 15 m³	0,3125€	6%	0,3156 €	6%
3º Escalão: superior a 15 e até 25 m³	0,5875€	6%	0,5934 €	6%

4º Escalão: superior a 25 m³	0,7500€	6%	0,7575 €	6%
Utilizadores não-domésticos	Taxa atual	IVA	Taxa proposta	IVA
Taxa única	0,5875€	6%	0,5934 €	6%

4.2. TRH-AA – TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS -ABASTECIMENTO DE ÁGUA⁽¹³⁾

Domésticos e Não-domésticos	Taxa atual	IVA	Taxa proposta	IVA
Taxa única	0,0145€/m³	6%	0,0327€/ m³	6%

4.3. TRH-AR – TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS - ÁGUAS RESIDUAIS⁽¹³⁾

Domésticos e Não-domésticos	Taxa atual	IVA	Taxa proposta	IVA
Taxa Única	0,0226€/m³	6%	0,0294€/ m³	6%

Notas:

⁽¹⁾ A tarifa fixa é expressa em euros/mês (30 dias)

⁽²⁾ Aplica-se a tarifa fixa prevista para os utilizadores não domésticos

⁽³⁾ O valor final da componente variável do serviço devida pelo utilizador é calculado pela soma das parcelas correspondentes a cada escalão.

⁽⁴⁾ É igual ao 3.º escalão da tarifa variável do serviço aplicável aos utilizadores domésticos.

⁽⁵⁾ Alargamento da tarifa variável do 1.º escalão até ao limite mensal de 15 m³.

⁽⁶⁾ Redução de 30% das tarifas fixas e variáveis, não podendo corresponder a valores inferiores aos do tarifário geral dos utilizadores finais domésticos.

⁽⁷⁾ Alargamento dos escalões de consumo em 15 m³. O alargamento efetuado nos escalões da tarifa variável aplica-se quando o agregado familiar tenha cinco elementos.

Por cada elemento a mais, além dos cinco, cada um dos escalões é alargado em 3 m³.

⁽⁸⁾ Despesas de administração.

⁽⁹⁾ A tarifa fixa é única e é expressa em euros/mês (30 dias)

⁽¹⁰⁾ A base de calculo desta tarifa corresponde a 90% da água faturada. O valor final da componente variável do serviço devido pelo utilizador é calculado pela soma das parcelas correspondentes a cada escalão.

⁽¹¹⁾ A tarifa da “Águas do Norte, S.A.” para 2018 para tratamento de efluentes de fossas sépticas é de 2,0563 €/ m³ a que acresce o IVA à taxa de 6%.

⁽¹²⁾ O valor final da componente variável do serviço de resíduos sólidos urbanos, devida pelo utilizador, é calculado pelo valor do escalão correspondente aos m³ de água consumida no período objeto de faturação. A tarifa é expressa em euros/mês (30 dias).

⁽¹³⁾ O valor final da taxa, devida pelo utilizador, é calculado pelo produto entre o valor da taxa e o total de m3 de água residual objeto de faturação. A taxa é expressa em euros/30 dias
ENTRADA EM VIGOR: Este tarifário produz efeitos relativamente aos utilizadores finais a partir do dia **01/05/2019**, devendo ser publicitado nos locais de estilo e no sítio da Internet deste Município.



Fl. 182

2019.03.07

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

A data de entrada em vigor do novo tarifário assegura o cumprimento do prazo de 15 dias fixado no nº2 do artigo 106º do Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais Urbanas no Município de Tarouca", publicado no Diário da República, 2ª série, nº 143, de 25.07.2012. Por outro lado, a atual aplicação informática utilizada pelos serviços para processamento das faturas, não permite a cobrança, no mesmo mês, de duas tarifas diferentes devidas pela prestação do mesmo serviço.

Anexo: parecer da ERSAR, remetido por ofício nº 10122 de 15.11.2018; simuladores de apuramento de proveitos e de custos dos serviços de águas e resíduos prestados pela Câmara Municipal (entidade gestora em modelo de gestão direta); projeções do Banco de Portugal, sobre a taxa de inflação prevista para 2019; a informação do Gabinete do Ambiente, de 11.10.2018, contendo a indicação do montante suportado pelo Município com a Taxa de Gestão de Resíduos e a Taxa de Recursos Hídricos.

Paços do Município, 01.03.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada dos seguintes documentos/informações: parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e resíduos (ERSAR), remetido por ofício nº 10122 de 15.11.2018; simuladores de apuramento de proveitos e de custos dos serviços de águas e resíduos prestados pela Câmara Municipal (entidade gestora em modelo de gestão direta); projeções do Banco de Portugal, sobre a taxa de inflação prevista para 2019; a informação do Gabinete do Ambiente, de 11.10.2018, contendo a indicação do montante suportado pelo Município com a Taxa de Gestão de Resíduos e a Taxa de Recursos Hídricos.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, aprovar a presente proposta de tarifário dos serviços públicos municipais de abastecimento de água para consumo humano, saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, nos termos constantes da mesma, o qual entrará em vigor no dia **01.05.2019**. Foi ainda deliberado por unanimidade, cobrar ao utilizador dos referidos serviços públicos essenciais as taxas de gestão de resíduos e de recursos hídricos (abastecimento de água e águas residuais), nos termos supratranscritos na presente proposta, as quais entrarão em vigor no dia **01.05.2019**.

Por fim, foi deliberado por unanimidade proceder à publicitação desta decisão nos termos legal e regulamentarmente fixados.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 - CONTRATO PROMESSA DE DOAÇÃO DE IMÓVEL SITO NA RUA DAS ADEGAS, EM TAROUCA - RATIFICAÇÃO

Presente o contrato promessa de doação celebrado com Cecília Maria da Silva Morais Pinto dos Santos, através do qual doa ao Município o seguinte imóvel, sua propriedade:

- Prédio urbano composto de casa com um andar, lojas e quinteiro (comum a outro prédio urbano), em condições deficientes de habitabilidade, sito na Rua das Adegas - Tarouca, com a superfície coberta de cinquenta metros quadrados, a confrontar do norte com herdeiros de José Gonçalves, do sul com José Coutinho de Andrade, do nascente com a rua e poente com herdeiros de António dos Santos Júnior, inscrito na respetiva matriz da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares sob o artigo cento e dez, que proveio do artigo sessenta e dois da extinta freguesia de Tarouca, com o valor patrimonial de € 4 425,40 (quatro mil e quatrocentos e vinte e cinco euros e quarenta cêntimos).

Foi deliberado por unanimidade ratificar o presente contrato promessa; aceitar a doação, a favor deste Município, do prédio urbano supra descrito, propriedade de Cecília Maria da Silva Moraes Pinto dos Santos e conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para outorgar a respetiva escritura pública.

PONTO 3 - PROPOSTA DE ABATE DE BENS MÓVEIS POR INCAPACIDADE DO BEM - INFORMAÇÃO

Presente uma informação técnica da Secção Aprovisionamento e Património, datada de vinte e seis de fevereiro corrente, contendo a identificação dos bens móveis (quantidade: um) inscritos no mapa de bens inventariados do Município, a abater, por motivo de incapacidade do bem, pertencentes à classe 107 - Equipamento de conforto, de higiene de utilização comum, no valor total de € 0,00 (zero euros).

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada do mapa dos bens a abater.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade autorizar o abate do bem constante da presente informação e enviar o mesmo para reciclagem.

PONTO 4 - PROPOSTA DE ABATE (ALIENAÇÃO A TÍTULO ONEROSO - SUCATA) DE BEM MÓVEL POR INCAPACIDADE DO BEM - INFORMAÇÃO

Presente uma informação técnica da Secção Aprovisionamento e Património, datada de vinte e seis de fevereiro corrente, contendo a identificação dos bens móveis (quantidade: um) inscritos no mapa de bens inventariados do Município, a abater (alienação a título oneroso - sucata), por motivo de incapacidade do bem, pertencentes à classe 202 - Gasóleo, mistos, mais de 1500 até 2000 de cilindrada, no valor total de € 0,00 (zero euros).

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada do mapa dos bens a abater.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade autorizar o abate do bem constante da presente informação e alienar o mesmo a título oneroso, como sucata.

PONTO 5 - PROPOSTA DE ABATE (ALIENAÇÃO A TÍTULO ONEROSO - SUCATA) DE BEM MÓVEL POR INCAPACIDADE DO BEM - INFORMAÇÃO

Presente uma informação técnica da Secção Aprovisionamento e Património, datada de vinte e seis de fevereiro corrente,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

contendo a identificação dos bens móveis (quantidade: cinco) inscritos no mapa de bens inventariados do Município, a abater (alienação a título oneroso - sucata), por motivo de incapacidade do bem, pertencentes à classe 117 - Abastecimento público e águas residuais, no valor total de € 0,00 (zero euros).

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada do mapa dos bens a abater.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade autorizar o abate do bem constante da presente informação e alienar o mesmo a título oneroso, como sucata.

PONTO 6 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA LICENÇA PARA A REALIZAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES QUE PODEM AFETAR O TRÂNSITO NORMAL EM NOME DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ARGUEDEIRA

Foi deliberado por unanimidade ratificar a isenção do pagamento da licença para a realização de outras atividades que podem afetar o trânsito normal à Associação de Moradores de Arguedeira (€ 16,50).

PONTO 7 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:
"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)
Período de 19.02.2019 a 03.03.2019

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira**

Total: € 25,36

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a construção da Capela Mortuária de Vila Chã da Beira.

❖ **Fábrica da Igreja da Freguesia da União das Freguesias de Gouviães e Ucanha**

Total: € 182,03

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Casa Paroquial em Ucanha.

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares**

Total: € 1.242,49

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a capela Mortuária de Valverde - Tarouca.

Tarouca, 04 de março de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 8 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA

DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:
"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09)

Período de 19.02.2019 a 03.03.2019

Informação nos termos do nº 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro:

• **Associação dos Amigos de Santa Luzia de Vila Pouca - Salzedas**

Total: € 160,91

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando da realização do evento "Milhos 2019".

Tarouca, 04 de março de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 9 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número trinta e seis, de vinte de fevereiro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 8.414,45 (oito mil e quatrocentos e catorze euros e quarenta e cinco centimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 231.053,94 (duzentos e trinta e um euros e cinquenta e três euros e noventa e quatro centimos).

Foi tomado conhecimento.

PONTO 10 - ANEXO EM LOTEAMENTO - LEGALIZAÇÃO - LOCAL: RUA DA COSTA - DÁLVARES - TITULAR: MARIA APARECIDA COSTA CARDOSO MOREIRA - DESPACHO/PROPOSTA

Presente o despacho/proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

"Local: Rua da Costa - Dálvares

Titular: Maria Aparecida Costa Cardoso Moreira

ASSUNTO: Anexo em loteamento - legalização

DESPACHO/PROPOSTA

A informação elaborada pelo Chefe da DGUA relativa à informação efetuada pela fiscalização conclui que "O anexo..., insere-se em loteamento e como tal nos termos do RMUE e Regime... não pode ser admitido como obra de escassa relevância urbanística."

No que se refere ao informado sobre o procedimento necessário à eventual legalização da operação, nomeadamente da indicação de que "... a legalização/licenciamento do anexo impõe prévio licenciamento de alteração ao loteamento ...", será de apreciar e decidir tendo em conta as seguintes referências:

Para o loteamento licenciado ao abrigo do D.L. nº 289/73, de 6 de junho, não se poderá identificar que o mesmo descreve as condições de habitabilidade dos anexos, nos termos referidos



2019.03.07

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

na informação técnica, e pela condição anotada no alvará de loteamento como "...afastamento das construções aos limites laterais dos lotes, 4 metros...".

Não estando ambas as construções - anexo e construção principal - previstas no referido título de loteamento, e porque as condições de edificabilidade transcritas no referido título, são extraídas do parecer da DGSU, na matéria que tipifica as condições para "Construções do tipo moradia isolada ou geminada".

Os anexos na maioria do "Vocabulário Urbanístico" são construções como uma dependência coberta não incorporada no edifício principal e considerada como complemento funcional deste.

Dos dados indicados no alvará não consta qualquer condição/restrrição de que - não são permitidas construções fora do polígono de implantação. Assim, considera-se possível/admissíveis ao loteamento, não se considerando necessárias de se inscrever no polígono de implantação da construção principal, a contrario senso do caso indicado no parecer da CCDRC em anexo.

Assim, nos termos do mesmo parecer, será considerável "... nos casos em que o alvará é omissivo quanto à possibilidade de construção de anexos bem como no que respeita à sua implantação nos lotes a sua construção não se mostra desconforme com as prescrições do alvará, desde que, obviamente, se contenha dentro da área de construção máxima admitida para o lote...", ou seja nas condições de edificabilidade permitidas pelo PDM, nomeadamente: índice de ocupação de solo, altura de meação, área máxima permitida a anexos,...

Neste contexto, proponho que esta Câmara aprecie e delibere sobre a edificabilidade prevista pelo referido título de loteamento. E nos termos do despacho para a formalização de pedido de legalização da obra de construção de um anexo, no âmbito do artigo 102º-A do RJUE, na restauração da legalidade que surge na sequência de uma situação ilegal, será de conceder ao particular a possibilidade de obter a regularização das operações urbanísticas nos procedimentos mais adequados e aplicáveis pelos respetivos regimes.

Tarouca, 4 de março de 2019

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO,

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 25/10/2013)

a) Susana Cristina Dias Pereira"

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira explicou que a requerente construiu um pequeno anexo no logradouro da sua habitação, sito num loteamento licenciado em mil e novecentos e oitenta e três, o qual pretende legalizar.

Explicou ainda que a informação técnica exige uma alteração ao loteamento, com a qual não concorda, tendo anexado um parecer da CCDRN, que confirma a sua posição, uma vez que as

condicionantes impostas no respetivo alvará não abrangem a construção de anexos.

Acrescentou que propõe que a requerente não tenha de proceder à alteração do loteamento e que apresente apenas os documentos necessários para a legalização do anexo.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias solicitou que as informações que lhes são enviadas sobre os processos de obras fossem acompanhadas de uma foto ou planta de localização da obra em causa, para que pudessem com mais facilidade identificar o local.

Terminada a discussão, foi deliberado por unanimidade, com fundamento nos esclarecimentos prestados pela Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que o pedido de legalização da obra de construção de um anexo, para regularização das operações urbanísticas nos procedimentos mais adequados e aplicáveis pelos respetivos regimes, não carece de qualquer alteração ao loteamento em causa.

PONTO 11 - PARECER PRÉVIO DO DL 124/2006 - LOCAL: ARGUEDEIRA TITULAR: MARIA JOÃO GUEDES VITORINO- DESPACHO/PROPOSTA

Presente o despacho/proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

"Local: Arguedeira

Titular: Maria João Guedes Vitorino

ASSUNTO: Parecer prévio do DL 124/2006

DESPACHO/PROPOSTA

Sobre a solicitação de "...parecer prévio ao ICNF...", nos termos do DL 124/2006 de 28/06, o assunto agendado para a reunião da comissão municipal de defesa da floresta, nos termos do referido regime, na atual redação dada pelo DL 14/2019 e no enquadramento dado na informação técnica da Engª Ângela Cedeira - GTF.

No que se refere ao informado pela DGUA sobre "Que a edificabilidade deverá ser condicionada ao cumprimento de ... , devendo entre outros, o prédio confinar e ser servido diretamente por arruamento publico. O limite / prédio indicado não confina com arruamento publico..."

Nesta matéria, independentemente do requerente apenas solicitar o parecer do Decreto-Lei que aprovou o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios - Existência de parecer favorável da CMDF, quando esteja em causa a construção de novos edifícios, a conclusão na informação técnica do chefe de divisão da DGUA de que, entre outros condicionalismos, deve o prédio confinar com arruamento publico, será de dar a conhecer o disposto no PDM, nomeadamente do artigo 26º e ainda do artigo 43º relativo a área da parcela a edificar.

"Artigo 26 - Condições gerais de edificabilidade

1. É condição necessária para que um terreno seja considerado apto à edificação, seja qual for o tipo ou a utilização dos edifícios ou do solo, que satisfaça cumulativamente as seguintes exigências:



Fl. 195

MUNICÍPIO DE TAROUCA

2019.03.07

CÂMARA MUNICIPAL

a) A sua dimensão, configuração e circunstâncias topográficas sejam adaptadas ao aproveitamento pretendido, em boas condições de funcionalidade, economia e integração paisagística;

b) Seja servido por via pública de acesso e infraestruturas públicas de, no mínimo, energia elétrica, abastecimento de água e drenagem de águas residuais, podendo ser justificadas por soluções autónomas, desde que em solo rústico, sem prejuízo no disposto na lei e aceites pela CM de Tarouca como adequadas à função pretendida e em função do local onde se insere;...”

“Artigo 43 - Regime de Edificabilidade

1. Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor aplicável, nomeadamente a relativa à edificação em espaço florestal e rústico, poderão ser, excecionalmente, admitidas edificações para fins habitacionais, desde que cumpra cumulativamente os seguintes parâmetros:

- a) Área mínima da parcela igual ou superior de 5000 m²;
- b) Número máximo de pisos acima da cota de soleira: 2;
- c) Área de construção total que não exceda os 500 m²;
- d) Excecionalmente pode dispensar-se o cumprimento das regras de edificabilidade dispostas na alínea a), apenas nas situações de colmatação de uma parcela entre edificações existentes de uso habitacional, ou em parcelas com o mínimo de 1000m² quando situadas em contiguidade com o solo urbano ou com edifícios de uso habitacional com distancia inferior a 50 metros, apoiadas num arruamento existente estruturado, desde que a Câmara Municipal reconheça adequada inserção e enquadramento na envolvente.

Nesta perspetiva do PDM, sem justificação técnica de disposições específicas/diversas, para efeitos de eventual pedido de licenciamento de obras, proponho que esta câmara aprecie e delibere, tendo por referencia os artigos suprarreferidos, nomeadamente:

Aceitação ou não de solução autónomas para a parcela a edificar, que dista menos de 30 metros de arruamento publico e de infraestruturas publicas.

Que a parcela indicada como confinante com caminho consortes/privado, indicado com a largura de 3,90m, que também serve outro edifício em construção, aprovado no processo de obras n. °56/17, contiguo ao proposto, serve para efeitos do regime de edificabilidade, localizando-se próximo/contiguidade com solo urbano e ainda no meio de vários edifícios de uso habitacional.

Tarouca, 4 de março de 2019

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO,

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 25/10/2013)

a) Susana Cristina Dias Pereira”

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo informou que este foi um dos processos que no dia anterior tinha sido

submetido ao parecer da Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

Explicou que integram aquela comissão elementos de diversas entidades, designadamente da CCDRN, dos Bombeiros, do ICNF, da GNR, da Ribaflores, um Presidente de Junta de Freguesia, entre outros, e que têm de emitir um parecer vinculativo sobre a construção de edifícios nas áreas classificadas como alta ou muito alta perigosidade de incêndio rural, cuja competência era anteriormente do ICNF. Esta Comissão reúne uma vez por mês.

Disse ainda que na mencionada reunião, foram presentes nove processos, tendo sido retirados cinco, porque não reuniam as condições necessárias para ser emitido um parecer favorável.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira esclareceu que mesmo que o Plano Diretor Municipal permita a construção num determinado local, é obrigatório ter parecer favorável da Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

Explicou que este processo teve parecer favorável da referida Comissão. Contudo, a informação técnica refere que deve o prédio confinar e ser servido diretamente por arruamento público, não verificado no limite do prédio indicado para a pretensão

Referiu que não concorda com a informação técnica, uma vez que considera que a pretensão não tem de ser inviabilizada, até pelo disposto no artigo 26º do PDM, que permite a edificabilidade de terreno quando justificadas soluções autónomas, e se aceites pela Câmara como adequadas à função pretendida e em função do local onde se insere.

O Senhor Presidente da Câmara disse que entende que a informação técnica devia ser coerente com os restantes processos e nem sequer devia ser presente a decisão um processo sem correto enquadramento da pretensão ou da caracterização do local em causa, para permitir decisão.

Terminada a discussão, foi deliberado por unanimidade, com fundamento nos esclarecimentos prestados pela Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, o seguinte:

1 - Aceitar uma solução autónoma para a parcela a edificar, que dista menos de trinta metros de arruamento público e de infraestruturas públicas, na existência ou criação pelo requerente das condições necessárias ao fim pretendido nos termos do RJUE.

2 - Que a parcela indicada como confinante com caminho consortes/privado, indicado com a largura de 3,90m, que também serve outro edifício em construção, aprovado no processo de obras n.º 56/17, contíguo ao proposto, serve para efeitos do regime de edificabilidade, localizando-se próximo/contiguidade com solo urbano e ainda no meio de vários edifícios de uso habitacional.

PONTO 12 - PROCESSO Nº 204/17 - PEDIDO DE ALTERAÇÃO DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO, SITA NO LUGAR DE SOUTO DO MERCADO, TAROUCA



Fl. 133

2019.03.07

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL****REQUERENTE: EDUARDO DA CONCEIÇÃO PEREIRA DA SILVA - PROPOSTA DE DECISÃO SOBRE A ALTERAÇÃO DO USO DOS LOTES 5 E 6**

Presente o despacho/proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

"Processo n.º 204/17

Local: Souto do Mercado / Tarouca

Titular: Eduardo da Conceição Pereira da Silva

ASSUNTO: Operação de Loteamento - Alteração ao lote 5 e 6

DESPACHO/PROPOSTA

No âmbito da deliberação de 4/10/2018, foi remetido para reapreciação da DGUA o processo/assunto relativo à legalização de um estabelecimento no lote 5 / alteração loteamento.

A informação elaborada pela DGUA, inicia o seu parecer e proposta, repetindo o erro sobre a interpretação do loteamento aprovado, no que se refere à repetição de que "Em 1983, Registo 563 CMTarouca, por averbamento municipal em 31-05-1983, foi alterado o alvará de loteamento 06/79 de 19-12-79 sob Registo 863 ... e o lote 7 e 8 foram anexados,...". Aqui, e especificando-se o escrito em ata como "para os quais não identificou qualquer alteração", será de se verificar que do processo o que consta no alvará é um averbamento relativo a atualização de artigo matricial, solicitada por requerimento com registo 541 e não sobre qualquer alteração de loteamento ou da anexação do lote "7 e 8".

Verifica-se assim a falta de ponderação sobre o que é um processo antigo, do que o mesmo representa ou pode especificar, dada a simplicidade dos documentos e da a matéria a vincular o particular. Podendo deixar como exemplo o pouco rigor, sem qualquer base topográfica, das plantas contantes dos processos juntos à presente apreciação, obras ou loteamento contíguo, para que possa a informação da DGUA questionar limites ou legitimidade sobre a realidade constante no local, que até se verifica que delimitado fisicamente por muros de contenção ou de vedação, nomeadamente com espaço da via pública, limites executados à data do loteamento.

É correto imputar uma alteração / aditamento a uma licença, com custos relativos a documentos / atos /taxas, que se prende por discrepâncias entre uma planta esquemática, que apenas tinha por fim, tal como referido em parecer da CCDR - "apenas sendo necessário que se especificasse o número de lotes e as respetivas áreas e localização " - para haver agora a exigência de um desenho mais atual, com base topografia, que nada muda relativamente ao direito que este já titula, ou chamar terceiros para o efeito? Não se pondo aqui em causa, que no desenvolvimento de qualquer aditamento ao alvará em vigor seja exigível desenho de acordo com a realidade atual, sobre levantamento topográfico, não pondo este em causa a sua apreciação, no que se refere a questões urbanísticas, quando

não comprovado por terceiro outra legitimidade sobre os bens delimitados fisicamente.

No ponto dois da informação da DGUA, esta chama e mistura matérias como "...há grandes desconformidade, e se as há nas áreas de implantação, respeitantes aos proprietários dos mesmos, já relativamente à "construção do loteamento", ou seja, à configuração e limite dos lotes, estas alterações, especificamente, dizem respeito / colidem com direitos dos donos dos restantes lotes, ...". Aqui, nesta última referência dos "restantes lotes" será de verificar que neste loteamento só existe mais um titular - lote 7/8, que sobrescreveu autorização para a alteração formalizada pelo requerente, e que o restante prédio confinante não é titulado por este loteamento, nem chamado à pretensão, e até possui limites fisicamente definidos, não questionados por terceiro no processo.

Assim para o loteamento em apreciação, licenciado ao abrigo do D. L. n.º 289/73 de 6 de junho, anterior ao regime suprarreferido, reinvoco o parecer da CCDRC sobre esta matéria.

"Pelo que nos é dado perceber pelas informações técnicas que acompanham o pedido a dúvida consiste em saber em que medida é que as áreas de construção ou a tipologia das construções identificadas, não no alvará, mas numa planta de trabalho do loteamento, condicionam os atos de autorização relativos a construções a implantar nesses lotes.

... o condicionamento das construções não era legalmente exigido, apenas sendo necessário que se especificasse o número de lotes e as respetivas áreas e localização, ..."

É neste contexto que importa apurar se a Câmara pode autorizar obras de alteração ou ampliação numa edificação implantada num dos lotes.

Assim, não tendo a Câmara Municipal fixado no alvará de loteamento, uma área máxima de construção ou implantação para as edificações, nem definido o respetivo polígono de implantação (note-se que o n.º 1 do alvará apenas remete para a planta anexa quanto à localização dos lotes) a pretensão não desrespeita as condições da licença de loteamento."

Nesta matéria deparamo-nos com questões técnicas, não respondidas pela informação, e neste contexto, sem justificação técnica de disposições específicas/diversas, proponho que esta câmara aprecie e delibere, tendo por referencia:

Como se poderá impor ao requerente que formalize qualquer alteração sobre lotes que não são pretensão do requerente ou dos quais não se apresente com legitimidade, que não se prendam com questões a aditar ao alvará, e que a lei indique como alterações às condições licenciadas, que caberá ao requerente especificar se ainda as pretende, dado que o mesmo apenas formalizou um pedido que tinha por objetivo ver a sua pretensão relativa à instalação do posto de lavagem deferida.



2019.03.07

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

Não será de condicionar a apreciação da pretensão do requerente na alteração dos lotes de que se apresenta como proprietário, designado pelo numero 5 e 6, a apresentação de alteração a todos os lotes, que da informação não se entende bem se se está a referir ao lote 7 e 8, ou a outros lotes existentes no loteamento contiguo a este.

A apreciação devida ao Lote 5 - processo de 2004 e de 2010, relativo à instalação de estação de lavagem de viatura - Uso serviços, que desencadeou a presente alteração ao loteamento, independentemente da pretensão ou não pelo requerente da alteração/reformulação da área dos lotes 5 e 6 de sua propriedade, se for o caso.

Tarouca, 4 de março de 2019

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 25/10/2013)

a) Susana Cristina Dias Pereira"

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira explicou que este processo já foi presente a uma reunião do Executivo, contudo a informação técnica refere novamente que existem divergências nas áreas dos lotes, e que deverá ser alterado o loteamento para serem justificados os limites.

Referiu que não concorda com a referida informação, porque não se pode comparar um levantamento topográfico feito atualmente com uma planta esquemática elaborada em mil e novecentos e setenta e oito, sem rigor topográfico.

Considera, por isso, que não havendo alteração à edificação, a divergência entre desenhos feitos com diferentes rigores, não pode obrigar a uma alteração do loteamento. Por outro lado, considerando que, na altura, os loteamentos não especificavam os usos, entende que a legalização pretendida, também não necessita da alteração do loteamento.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a sua ideia sempre foi no sentido de não criar problemas aos Municípes, onde eles não existem, por isso entende que deve ser resolvida a situação.

Terminada a discussão, foi deliberado por unanimidade, com fundamento nos esclarecimentos prestados pela Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, deferir a pretensão do requerente reativa à legalização da instalação de estação de lavagem de viatura - Uso serviços, no lote número cinco, considerando os processos existentes, no seu aproveitamento e adequação ao atual RJUE.

Foi ainda deliberado por unanimidade notificar o requerente para no prazo de trinta dias esclarecer se pretende manter qualquer pretensão sobre a alteração das condições do loteamento em causa, que não se prenda com o uso, alterações sobre condições contempladas pelo alvará de loteamento.

PONTO 13 - PROCESSO N° 125/17 - LUGAR: BERTELHEIRAS - OUTEIRO DA FORÇA - TAROUCA - REQUERENTE: CARLOS ALBERTO BADAJÓS CARVALHO - PEDIDO DE ALTERAÇÕES

Presente o despacho/proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

"Processo n.º 125/17

Local: Bertelheiras - Outeiro da Força - Tarouca

Titular: Carlos Alberto Badajos Carvalho

ASSUNTO: Alterações durante o decorrer da obra

DESPACHO / PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Em dezembro/2018 o requerente solicitou "alteração ao respetivo projeto de arquitetura" do processo suprarreferido, relativo à obra de construção de um edificio destinado a habitação, titulado pelo alvará de obras n° 51/17, com prazo para a conclusão da obra até 28/12/2019.

A informação do chefe da divisão da DGUA sobre o pedido, refere que:

"Proponho a aprovação do projeto de alterações à obra efetuada pela pequena relevância das alterações efetuadas no decurso das obras."

Na tomada de decisão, em idêntica situação ao processo n.º 4/13, surgem duvidas sobre qual o despacho a proferir da situação descrita na informação do chefe de divisão da DGUA, assim como do tipo de notificações subsequente à referida decisão.

Não sendo contemplado pela informação técnica qualquer enquadramento na lógica regulamentar/processual coincidente com o praticado pelos serviços da DGUA, foi remetido o processo novamente à DGUA para enquadramento do pedido aos respetivos procedimentos, tendo em conta o artigo 83º do RJUE. Da referida solicitação, resultou a seguinte informação "...independentemente do processo contraordenacional aplicável, referem-se a alterações da implantação e área de construção, ou seja, enquadram-se conforme o solicitado pela senhora vereadora no n.3 do artigo 83º do RJUE..."

Destas duas informações, conseguir-se-á extrair:

1 - Não se vê inconveniente no projeto de alterações, que será o projeto de arquitetura anexo ao processo, não sendo neste caso indicado qualquer necessidade da apresentação de projetos de especialidades, numa pretensão que até introduz uma verdadeira ampliação ao edifício aprovado, se se fizer comparação com o processo 4/13 relativo ao recuo/redução de implantação, ou então, deixa para decisão/entendimento superior, numa lógica de qualquer vontade/apetite.

2 - Haver um processo contraordenacional, sem qualquer proposta de procedimentos ou indicação de já existir, como se este nascesse de coisa sonhada, quando a constatação da infração vem da própria apreciação da DGUA aos elementos apresentados com o pedido de alteração.

Assim, na idêntica perspetiva do processo n.º 4/13, excluindo-se a DGUA de propor tecnicamente os procedimentos aplicáveis

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.03.07

CÂMARA MUNICIPAL

ao assunto, para a formalização de decisão, torna-se necessário estudar o processo/assunto nos termos apresentados, para apuramento dos procedimentos adequados à efetivação do aditamento solicitado, sem prejuízo das disposições do RJUE, nomeadamente:

"Artigo 27.º - Alterações à licença

1 - A requerimento do interessado, podem ser alterados os termos e condições da licença.

4 - A alteração à licença obedece ao procedimento estabelecido na presente subsecção, com as especialidades constantes dos números seguintes.

...

6 - No procedimento de alteração são utilizados os documentos constantes do processo que se mantenham válidos e adequados, promovendo a câmara municipal, quando necessário, a atualização dos mesmos.

7 - A alteração da licença dá lugar a aditamento ao alvará,..."

CONCLUSÃO

Neste contexto, proponho que esta câmara aprecie e delibere sobre o pedido de alteração apresentado, que inclui a legalização de alterações em obra ao projeto inicialmente aprovado que envolvem a realização de alterações à implantação e aumento da área de construção, com os procedimentos devidos ao respetivo pedido, tendo por observância o RJUE e os aplicados pela DGUA em processos análogos. Sendo plausível notificar o requerente a apresentar ao processo os restantes documentos/elementos que considera que sofreram alterações, nos termos do artigo 83º do RJUE, nomeadamente os que se relacionam com questões técnicas de execução da obra - 30 dias.

No que refere à indicação de haver processo contraordenacional, o mesmo depende da respetiva proposta, com a identificação da infração em causa, para submissão de posterior decisão, na competência do presidente, não delegada nos vereadores, com observância do artigo 94º do RJUE, nomeadamente:

3 - No exercício da atividade de fiscalização, o presidente da câmara municipal é auxiliado por funcionários municipais com formação adequada, a quem incumbe preparar e executar as suas decisões.

Tarouca, 4 de março de 2019

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 25/10/2013)

a) Susana Cristina Dias Pereira"

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira explicou que os processos constantes dos pontos treze e catorze da ordem do dia são idênticos, contudo têm informações técnicas distintas. Neste processo, a informação técnica diz que não vê inconveniente no deferimento das alterações retratadas no projeto de arquitetura anexo ao processo, não sendo indicado

qualquer necessidade da apresentação de projetos de especialidades, como exigido no processo do ponto seguinte, aqui também apresentado, não sendo os procedimentos propostos suficientes ou coerentes com o RJUE.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias salientou que não entende de questões técnicas relacionadas com os processos de obras e por isso quando os processos vêm à reunião a decisão que toma é com base no parecer técnico junto ao processo. Quando a proposta apresentada é contrária ao parecer técnico, a decisão que toma é sempre baseada totalmente na informação prestada pela Senhora Vereadora Susana Cristina Pereira Dias na reunião, por isso, no futuro, é a ela que pedirá responsabilidades se surgir algum problema, uma vez que não dispõe de conhecimentos técnicos suficientes para avaliar as situações apresentadas.

Terminada a discussão, foi deliberado por unanimidade, com fundamento nos esclarecimentos prestados pela Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, aprovar o pedido de alteração apresentado, que inclui a legalização de alterações em obra ao projeto inicialmente aprovado, que envolvem a realização de alterações à implantação e aumento da área de construção, com os procedimentos devidos ao respetivo pedido, tendo por observância o RJUE e os aplicados pela DGUA em processos análogos.

Foi ainda deliberado por unanimidade notificar o requerente para no prazo de trinta dias apresentar os restantes documentos/elementos que considera que sofreram alterações, nos termos do artigo 83º do RJUE, nomeadamente os que se relacionam com questões técnicas de execução da obra.

PONTO 14 - PROCESSO 4/13 - LUGAR DO PICO - TAROUCA - REQUERENTE: MANUEL BARROSO DE VERAS - PEDIDO DE ALTERAÇÕES

Presente o despacho/proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

"Processo n.º 4/13

Local: Pico - Tarouca

Titular: Manuel Barroso de Veras

ASSUNTO: Alterações durante o decorrer da obra

DESPACHO / PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Em dezembro/2018 o requerente solicitou "ALTERAÇÕES AO LICENCIAMENTO" relativo ao processo suprarreferido, anexando projeto de arquitetura relativo às alterações em causa.

A informação do chefe da divisão da DGUA sobre o pedido, refere que:

"O projeto de alterações cumpre todo o previsto no PDM de Tarouca e legislação em vigor pelo que proponho a aprovação do seu projeto de arquitetura.", condicionado à apresentação de prova de legitimidade. Deverá ser entregue projeto especialidades".

Na tomada de decisão surgem dúvidas sobre qual a situação que está a ser proposta a aprovação, assim como do tipo de notificações subsequente à referida decisão, tendo em conta



MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

a verdadeira situação do processo em que se insere a pretensão, nomeadamente:

1 - Processo de obras iniciado com o pedido de licenciamento da obra de construção de um edifício destinado a habitação, titulado pelo alvará de obras n.º 31/13, sobre o qual não foi declarado caducidade.

2 - A pretensão atual do requerente, apresentada ao respetivo processo, foi indicado como de alterações ao licenciamento - incluindo a alteração à implantação do edifício aprovado e a solicitação de prazo para a conclusão da obra.

3 - Pelo RJUE, pelos despachos proferidos em processo do mesmo tipo ou dos procedimentos praticados em processo idênticos, concluiria:

3.1 - Por um pedido/apreciação da legalização das alterações efetuadas durante a execução da obra, nos termos do artigo 102-A / 27.º do RJUE, coincidente com o tipo de taxas cobradas no atendimento.

3.2 - Na apreciação técnica sobre o pedido resultaria a apreciação efetuada ao projeto de arquitetura das alterações introduzidas, e ainda na indicação dos elementos considerados necessários à apreciação/decisão final sobre o pedido de alteração - alteração da obra (legalização) e do prazo para a conclusão, tendo por observância e a conjugação do disposto nos seguintes artigos:

N.º4 do artigo 83.º do RJUE, que refere: "Nas situações previstas nos números anteriores, apenas são apresentados os elementos instrutórios que sofreram alterações"

N.º3 do artigo 102-A do RJUE "A câmara municipal pode solicitar a entrega dos documentos e elementos, nomeadamente os projetos das especialidade e respetivos termos de responsabilidade ou os certificados de aprovação emitidos pelas entidades certificadoras competentes, que se afigurem necessários,..."

N.º6 do artigo 27 do RJUE "No procedimento de alteração são utilizados os documentos constantes do processo que se mantenham válidos e adequados, promovendo a câmara municipal, quando necessário, a atualização dos mesmos."

3.3 - Na eventual falta documentos que se afigurem necessários à apreciação da pretensão, caberia notificação ao requerente a instruir o pedido com os referidos elementos, para posterior decisão sobre a alteração da licença, que quando deferida nas condições do artigo 27.º do RJUE dá lugar a aditamento ao alvará.

3.4 - Na verificação da realização de quaisquer operações urbanísticas em desconformidade com o respetivo projeto ou com as condições do licenciamento ou da comunicação prévia, caberia à consideração superior - da competência do ex.mo Sr. presidente - proposta de atuação, em conformidade com o RJUE. Não sendo contemplado pela informação técnica qualquer enquadramento nesta lógica ou outra de obtivesse coerência regulamentar/processual, coincidente com o praticado pelos

serviços da DGUA, e contemplando esta perspectiva foi remetido o processo novamente à DGUA para enquadrar o procedimento devido à pretensão pelo RJUE.

Da referida solicitação, resultou nova informação da DGUA, para a qual faço logo observações sobre o seguinte ponto:

1. O processo está formalizado como se tratasse de um aditamento com as respetivas alterações ao processo de licenciamento nº 4/13, sob alvará municipal de obras nº 31/13 emitido pelo período de 2 anos, e já caducado em 26/07/15. Ou seja, decorreram mais de 5 anos após a emissão do alvará e mais de 3 anos após o término da licença"

Na perspectiva do "já caducado", do processo teria de constar declaração de caducidade, com a audiência previa ao interessado, que não foi identificada, e nesta perspectiva não se pode induzir o processo a um pedido de legalização que não passe por uma alteração sobre a licença válida, independentemente de entres as alterações apresentadas se incluïrem alterações que não estão isentas de controlo prévio - alteração à implantação, tal como tem sido pratica deste município, em situações equiparadas à aqui em apreciação, e em que as taxas a aplicar seriam diferentes/distintas, cabendo grande responsabilidade assim quando se indica o procedimento aplicável a cada tipo de pretensão/situação.

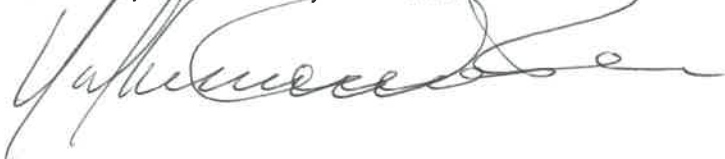
Em qualquer pretensão sobre uma obra não concluída no prazo fixado na licença, em que a Câmara Municipal não tenha produzido acto que declare expressamente a caducidade, é processada no respetivo processo, nos termos do RJUE com as devidas adaptações, dado que a licença se mantém eficaz apesar de expirado o prazo de conclusão da obra.

Para as alterações durante o decorrer da obra, retratadas no projeto como de alteração à implantação, independentemente de haver redução da área de implantação e de construção, sem prejuízo de conciliação com o artigo 102-A, dispõe o n.º3 do artigo 83º do RJUE, que "As alterações em obra ao projeto inicialmente aprovado ou apresentado que envolvam a realização de obras de ampliação ou de alterações à implantação das edificações estão sujeitas ao procedimento previsto nos artigos 27.º ou 35.º, consoante os casos.

CONCLUSÃO

Neste contexto, proponho que esta câmara aprecie e delibere sobre o pedido de alteração apresentado, que inclui a legalização de alterações em obra ao projeto inicialmente aprovado ou apresentado que envolvem a realização de alterações à implantação, e com prazo para a conclusão da obra, com os procedimentos devidos ao pedido, tendo por observância o RJUE e os aplicados pela DGUA em processo análogo. Sendo plausível notificar o requerente a apresentar ao processo os restantes documentos/elementos que considera que sofreram alterações, nomeadamente os que se relacionam com questões técnicas de execução da obra.

Tarouca, 4 de março de 2019





Fl. 002

2019.03.07

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO
(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em
25/10/2013)

a) Susana Cristina Dias Pereira"

Terminada a discussão, foi deliberado por unanimidade, com fundamento nos esclarecimentos prestados pela Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira no ponto anterior, aprovar o pedido de alteração apresentado, que inclui a legalização de alterações em obra ao projeto inicialmente aprovado, que envolvem a realização de alterações à implantação, com os procedimentos devidos ao respetivo pedido, tendo por observância o RJUE e os aplicados pela DGUA em processos análogos.

Foi ainda deliberado por unanimidade notificar o requerente para no prazo de trinta dias apresentar os restantes documentos/elementos que considera que sofreram alterações, nos termos do artigo 83º do RJUE, nomeadamente os que se relacionam com questões técnicas de execução da obra.

**PONTO 15 - PROCESSO 13/19 - REQUERENTE: MANUEL LINO -
INSTALAÇÃO DE UMA ESTUFA**

Presente o despacho/proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

"Anexo ao Processo n.º 13/19

ASSUNTO: Instalações não consideradas operações urbanísticas / escassa relevância

DESPACHO / PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

No âmbito de um pedido de informação relativo "...à instalação de uma estufa ...se a mesma está ou não sujeita a controlo prévio nos termos do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação..." e de outros pedidos idênticos que decorreram nos serviços, considera-se necessário/essencial deliberar sobre normas coerentes à classificação das diferentes pretensões e das exigências aplicáveis, obedecendo a princípios de igualdade.

Assim, tendo em conta as decisões efetuadas sobre processos relativos a instalações deste tipo, e pelas conclusões diversas nas respetivas informações técnicas, em exemplo:

Do despacho exarado sobre o processo 70/14, foi deferido o pedido solicitado de acordo com a informação do chefe de Divisão da DGUA, em que resultou certidão ao requerente com o seguinte teor:

"... em estruturas muito leves em varões de madeira aparafusados a prumos de madeira de fundação e revestidos com rede de ensombramento, não necessitando de fundação propriamente dita/movimento de terras, não são construções que se incorporam no solo com caráter de permanência, pelo que não são consideradas edificações " conforme definido na alínea a) do artigo 2º do Decreto -Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 26/10 de 30 de março, nem são consideradas "operação urbanística", conforme alínea j) do artigo 2º do mesmo diploma

porque, cumulativamente, o fim da sua utilização é exclusivamente agrícola, não estando assim, sujeitas a controlo prévio da comunicação pelo Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE...."

No processo n.º13/19, resultou uma informação técnica de enquadramento diferente, tendo o respetivo despacho determinado informar o requerente em coerência com a interpretação efetuada em casos idênticos, que se anexa cópia, incluído parecer da CCDR desta matéria, e tal como determinado em outras situações em que foi efetuado o mesmo parecer.

Neste processo fica claramente demonstrado as consequências que são acarretadas do mau enquadramento de um pedido, ou forçar esta a uma interpretação desnecessária, quando existem pareceres diversos que salvaguardam esta matéria, com consequências procedimentais como os previstos pelo RJUE ou por qualquer outro regime como é o caso do da RAN.

Será ainda de dar como exemplo que houve já pedidos/pretenções que foram consideradas nos termos do anterior, não abrangidos pelo RJUE, fossem "estufas" ou "reservatórios em lona para água", sem prejuízo da necessidade de se cumprir, junto das respetivas entidades, os procedimentos devidos pelas pretensões, quando aplicável.

Neste contexto, proponho que esta Câmara delibere como norma o enquadramento aplicado aos processos idênticos como os aqui discutidos e expostos, com os consequentes procedimentos devidos aos pedidos, reconhecendo como adequados e num princípio de coerência aos diferentes tipos de processo/requerentes.

Tarouca, 4 de março de 2019

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 23/10/2017)

a) Susana Cristina Dias Pereira"

A Senhor Vereadora Susana Cristina Dias Pereira explicou que este assunto vem à reunião, por entender que devem ser definidos procedimentos para os serviços procederem em situações idênticas às do presente processo de instalação de uma estufa.

Prosseguiu dizendo que esta sua pretensão é devida ao facto de ter verificado que existem informações técnicas contraditórias em diversos pedidos idênticos, uma vez que uns pedidos são considerados não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, outros são considerados abrangidos. Entende que estruturas como a que o requerente pretende instalar não devem ser abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, conforme parecer da CCDRN.

Terminada a discussão, foi deliberado por unanimidade, com fundamento nos esclarecimentos prestados pela Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que todos os pedidos idênticos deverão ser considerados como não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, devendo seguir os



Fl. 003

2019.03.07

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

consequentes procedimentos adequados e num princípio de coerência aos diferentes tipos de processos.

PONTO 16 - PROCESSO RELATIVO AO REGISTO DE ALOJAMENTO LOCAL - VISTORIA, NA RUA DO VALBOM, GOUVIÃES - REQUERENTE: ELVIRA MARIA PEREIRA SANTOS

Presente o despacho/proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

"PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

ASSUNTO: INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE ALOJAMENTO LOCAL

LOCAL: RUA DE VALBOM, N° 5 - GOUVIÃES

TITULAR: ELVIRA MARIA PEREIRA DOS SANTOS

Na formalização do registo de estabelecimento de Alojamento Local, como mera comunicação prévia através Balcão Único Eletrónico previsto no artigo 6° do decreto-Lei n° 92/2010, de 26 de julho, pela titular suprarreferida na qualidade de exploradora do estabelecimento em causa, sito no lugar de Rua de Valbom, n° 5 - Gouviães, freguesia de união das freguesias de Gouviães e Ucanha.

Proponho à Câmara Municipal que aprecie e delibere sobre as informações constantes do referido processo, resultantes da vistoria efetuada, prevista no artigo 8° do Decreto - Lei n° 128/2014 de 29 de agosto, que refere:

"Artigo 8.º Vistoria 1 - A câmara municipal territorialmente competente realiza, no prazo de 30 dias após a apresentação da mera comunicação prévia, uma vistoria para verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 6.º, sem prejuízo dos demais poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem.

2 - A câmara municipal pode solicitar ao Turismo de Portugal, I. P., a qualquer momento, a realização de vistorias para a verificação do cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 2.º"

Com as consequências previstas no artigo 9° do citado diploma:

"Artigo 9.º Cancelamento do registo 1 - O Presidente da Câmara Municipal territorialmente competente pode, existindo qualquer desconformidade em relação a informação ou documento constante da mera comunicação prévia, cancelar o registo. 2 - O cancelamento do registo determina a imediata cessação da exploração do estabelecimento, sem prejuízo do direito de audiência prévia. 3 - O cancelamento do registo deve ser imediatamente comunicado pela câmara municipal territorialmente competente ao Turismo de Portugal, I. P., e à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)."

Tarouca, 4 de março de 2019

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 25/10/2013)

a) Susana Cristina Dias Pereira"

A Senhor Vereadora Susana Cristina Dias Pereira explicou que na sequência do pedido da requerente foi realizada uma vistoria ao local relativa à verificação dos critérios

estabelecidos legalmente para a instalação de um alojamento local. Contudo, entre os elementos da comissão de vistoria surgiu um desentendimento, surgindo dois documentos anexos ao processo, um relativo à verificação do cumprimento dos requisitos aplicáveis ao alojamento registado e outro apenas informando da existência de obras ilegais - a legalizar, de alteração do tipo de cobertura da garagem e da execução de umas escadas de acesso a essa mesma cobertura.

Disse ainda que não concorda com a referida exigência na decisão sobre o registo do alojamento que é indicado como cumprindo todos os critérios exigíveis ao alojamento local em causa, sem prejuízo da necessidade de apurar a situação das obras executadas, nos termos do RJUE, mas não suficientes para desencadear o cancelamento do registo.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que se a instalação pretendida não se localiza nas obras clandestinas, entende que não vê inconveniente.

Terminada a discussão, foi deliberado por unanimidade, com fundamento nos esclarecimentos prestados pela Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, não considerar haver motivo de Cancelamento do registo do alojamento local em nome de Elvira Maria Pereira dos Santos, sem condicionantes, sem prejuízo do apuramento devido e aplicável pelo RJUE às obras realizadas.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas onze horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Ana Maria Guerra Bago*, Técnica Superior, a subscrevi.

